

## **POLÍTICAS EDUCACIONAIS E FORMAÇÃO DOCENTE EM GUARULHOS/SP NOS GOVERNOS PETISTAS (2001-2016)**

Edvaldo dos Reis Oliveira Filho – Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) –  
[edvaldo.reis@unifesp.br](mailto:edvaldo.reis@unifesp.br)

Há pelo menos duas décadas os diferentes governos que administraram o município de Guarulhos/SP atribuíram papel central à política de formação docente, ainda que esta tenha sido utilizada para fins diversos. Pesquisar o processo de implementação e consolidação dessas políticas, no período de 2001 a 2020, constituiu o principal objetivo da minha pesquisa de mestrado, que teve como lócus a Rede Municipal de Educação de Guarulhos.

O presente texto discute parte desse estudo, que analisou os governos de Elói Pietá (2001-2008 – PT), Sebastião Almeida (2009-2016 – PT) e Gustavo Costa (2017-2020 – PSB) sob a perspectiva da formação continuada do magistério. Contudo, aqui apresento uma breve discussão sobre a expansão dessa rede e as principais políticas implementadas durante os governos petistas (2001-2016). Esse recorte foi escolhido porque, tendo em vista os supostos preceitos em comum que deveriam orientar um partido, foi possível observar, em período mais amplo e contínuo, como foram organizadas e implementadas as políticas para a formação continuada no município.

Para isso, foi utilizado o materialismo histórico e dialético como método de pesquisa, e uma vez que o *concreto* resulta de uma síntese de múltiplas determinações (Marx, 2011), as políticas foram analisadas considerando o contexto social, econômico e político que as produziu.

Pensar a política de formação continuada, sob essa perspectiva, exigiu empreender um esforço epistemológico de discuti-la em sua totalidade, categoria esta que compreende a realidade “como um todo estruturado, dialético, no qual ou do qual um fato qualquer (classe de fatos, conjunto de fatos) pode vir a ser racionalmente compreendido” (Kosik, 1976, p. 35).

Uma vez que o estudo abrange duas décadas de políticas educacionais, foi necessário realizar uma extensa pesquisa documental, utilizando fontes de diferentes origens, tipos e formatos, a fim de traçar um quadro amplo sobre o problema investigado,

como leis, decretos, pareceres, portarias, ofícios, memorandos circulares, balanços de governo, atas de reuniões pedagógicas etc. A análise da documentação foi feita com base em um protocolo previamente testado, estruturado a partir de itens que se mostraram fundamentais para responder a questão de pesquisa. Foram realizadas, também, entrevistas semiestruturadas com cinco professoras da rede que vivenciaram esse período.

Em linhas gerais, pode-se afirmar que a criação da Rede Municipal de Guarulhos é recente, pois foi somente ao final dos anos 1990 que o município tomou para si a responsabilidade constitucional de municipalizar a oferta do Ensino Fundamental. Porém, a expansão significativa da rede só ocorreu a partir do primeiro mandato (2001-2004) do Governo Elói Pietá, quando houve um salto de 1.768 matrículas em 1999 para mais de 25 mil crianças matriculadas em 2003 (Mello, 2007).

Também é importante mencionar que até o ano 2000 o município de Guarulhos tinha apenas 63 escolas da rede própria, construídas ao longo de 32 anos (1968-2000). Esse número mais que dobrou após os 16 anos de administração petista, sendo entregues 57 unidades escolares durante o Governo Elói Pietá e 20 escolas e 9 Centros de Educação Unificados no Governo Sebastião Almeida.

Em relação à expansão do número de escolas e matrículas, os dados expressam, em parte, a democratização do acesso e a implementação de uma educação de qualidade social. Por outro lado, também se implementou um conjunto de programas visando a permanência dos educandos – como o transporte escolar, o programa de alimentação, o material e o uniforme escolares e a rede de apoio à inclusão – e em 2005 se aprovou o Plano de Carreira do Magistério.

Foi nesse contexto que a política de formação continuada docente foi implementada, constituindo-se em um dos pilares da política educacional do município. Também nesse período foi inaugurado, em 2003, o Centro Municipal de Educação Adamastor. Assinado pelo arquiteto Ruy Otahke, o projeto transformou uma antiga fábrica de tecelagem no principal espaço onde até hoje é realizada a formação docente, permitindo aos educadores tecerem as tramas dos seus saberes.

Em relação à concepção de formação subjacente à política implementada, diferentes documentos mencionavam o princípio freiriano de *inacabamento do ser humano*, em oposição ao modelo de capacitação ou treinamento, destacando a necessidade de uma perspectiva humanizadora a orientar os processos formativos;

também se identificou influência da *teoria do professor reflexivo* e da *psicologia histórico-cultural*. Ademais, entendida como uma política pública que visava potencializar o processo de ensino-aprendizagem e a qualidade social da educação, essa concepção compreendia o papel imprescindível das artes e das línguas à formação humana, a fim de se construir uma prática pedagógica crítica, criativa, dialógica e inclusiva.

Os cursos oferecidos nesse período foram classificados em 3 categorias: *cursos de arte-educação* (que articulavam o aprendizado de diferentes manifestações artísticas com o trabalho em sala de aula), *cursos político-pedagógicos* (nos quais se discutiam temas como: políticas públicas, metodologias de ensino, desenvolvimento humano, cidadania, trabalho docente e a relação ensino-aprendizagem) e os *cursos de línguas* (espanhol, francês, inglês, italiano e Libras). No quadro a seguir é possível ver o número de cursos que foram ofertados em cada gestão.

Quadro 1 – Número de cursos oferecidos no período 2001-2016

<b>Gestão</b>	<b>Cursos de arte-educação</b>	<b>Cursos político-pedagógicos</b>	<b>Cursos de línguas</b>	<b>Total de cursos</b>
2001-2004	15	14	5	34
2005-2008	31	35	5	71
2009-2012	13	34	7	54
2013-2016	22	46	8	76

Fonte: Elaboração própria com base em documentos publicados pela Secretaria de Educação.

É interessante observar a simetria que há no número de cursos de arte-educação e político-pedagógicos ofertados durante o Governo Elói Pietá (2001 a 2008), e essa proporcionalidade está ligada à importância que os formuladores dessa política atribuíam às artes para a formação humana. Por outro lado, a partir do Governo Almeida, vê-se uma tendência – que se radicalizou no Governo Guti (2017-2020) – na diminuição dessa oferta em detrimento dos cursos voltados mais para a aplicação em sala de aula, com maior ênfase nas metodologias de ensino.

Os dados das entrevistas também revelaram algo semelhante, quando uma das professoras pontuou que a partir de 2014, sob influência do *Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa*, a Secretaria de Educação (SE) passou a intervir mais no trabalho desenvolvido em sala de aula, com maior cobrança no que diz respeito aos resultados.

Ainda sobre o último mandato do Governo Almeida, em 2014 foram criadas duas jornadas de trabalho, para cumprir o § 4º do art. 2º, da Lei Federal nº 11.738/2008 – Lei do Piso –, que determina que na composição da jornada de trabalho docente 1/3 da carga horária deverá ser reservado a atividades extraclasse. Tais jornadas entraram em vigor em 2015, quando foi criado o *Centro Municipal de Educação a Distância Maria Aparecida Contin* (Cemead), por meio do qual a SE passou a oferecer cursos de formação aos professores que optaram por essas novas jornadas de trabalho. Contudo, ainda que a criação do Cemead seja uma política que busca valorizar o trabalho docente por meio da formação continuada, não podemos perder de vista o descaso em cumprir a Lei do Piso. Embora os limites desta comunicação não me permitam explicar o processo que culminou na criação do Cemead, é preciso dizer que se não fosse a mobilização dos educadores junto ao seu Sindicato, o descaso do Governo Almeida com a aplicação da lei supracitada poderia levar muito mais tempo.

Sobre os efeitos da formação continuada na prática pedagógica, as falas das entrevistadas evidenciaram que os cursos e os eventos formativos impactaram positivamente na sala de aula, havendo uma mudança na postura e no olhar das professoras quanto ao modo como passaram a enxergar seus educandos, o conhecimento e o fazer docente.

Por fim, o estudo traz a conclusão de que a política de formação implementada nos governos petistas, ainda que apresentando algumas peculiaridades em cada gestão, foi elaborada com base nas necessidades do Projeto Político-Pedagógico da própria rede, em constante diálogo com as escolas e a comunidade, e buscou envolver toda a população para fazer de Guarulhos uma cidade educadora.

## **Referências**

KOSIK, K. **Dialética do concreto**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

MARX, K. **Grundrisse**: manuscritos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.

MELLO, M. M. **A questão da municipalização da educação em Guarulhos**: 1997-2004. Campinas, 2007. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.